A honra do funcionário público ou a magnitude da burocracia

RENATO NUNES BITTENCOURT[1*]

Resumo:

O artigo visa desconstruir a imagem negativa que é atribuída ao serviço público, fundamentada na racionalidade burocrática, encontrando inclusive elementos extraordinários que perpassam o caráter cotidiano dessas atividades, sem descurar, todavia, de denunciar elementos oportunistas que degradam a dignidade do funcionário público, da burocracia e suas atribuições inerentes.

Palavras-chave: Funcionalismo Público; Organizações; Gabinete; Burocracia.

The honor of the civil servant or the magnitude of bureaucracy

Abstract:

The article aims to deconstruct the negative image that is attributed to the public service, based on bureaucratic rationality, even finding extraordinary elements that permeate the daily character of these activities, without neglecting, however, to denounce opportunistic elements that degrade the dignity of the public official, bureaucracy and its inherent attributions.

Key words: Civil Service; Organizations; Cabinet; Bureaucracy.

* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor da FACC-UFRJ.

Introdução

No desenvolvimento da estrutura civilizacional moderna, o que chamamos de burocracia adquire uma importância fundamental para a organizacional da sociedade, pois a impessoalidade se torna o fator determinante para o gerenciamento da coisa pública para que esta seja capaz de realizar de maneira satisfatória as suas funções, sem qualquer inclinação pessoal que favoreça uma parte. No âmbito da administração pública a figura do funcionário público se transforma no epicentro do sistema organizacional, tornando-se alvo das mais diversas objeções e impropérios proferidos pela opinião pública ignorante acerca da complexidade das relações de forças existentes nos aparatos estruturais da grande máquina estatal e suas engrenagens substanciais. Os malfeitos contumazes de funcionários descompromissados mancham a dignidade do serviço público e seu papel integrador em uma sociedade moderna cada vez mais funcional, tecnocrática e conectada pela informatização comunicacional. Daí a importância de analisarmos de maneira ampla os fundamentos da burocracia e a complexidade da atuação do funcionário público, de modo a compreendermos sua natureza e quiçá reafirmar sua honra perdida em um mundo desajustado estruturalmente.

Os mistérios do mundo burocrático

Ao abordarmos como funciona a burocracia, é imprescindível que façamos uma análise de sua etimologia: burocracia é, de forma literal, o poder do escritório. Tal definição não é capaz de abarcar a totalidade real da atividade burocrática, que envolve uma estrutura organizativa caracterizada por regras e procedimentos explícitos e regularizados, divisão de responsabilidades e especialização do trabalho, hierarquia e relações impessoais. Ora, qualquer organização que pretenda prosperar necessita forjar padrões de conduta para que as contingências sejam minoradas e assim os riscos operacionais se tornem cada vez menos frequentes, otimizando recursos e estabelecendo o andamento conveniente para os processos. Sem ódio e sem preconceito, imparcialidade sempre. Conforme uma categórica explanação de Max Weber,

> A honra do funcionário é a capacidade de executar um comando com sabedoria e de modo rigoroso sob responsabilidade do comandante, mesmo quando a autoridade superior insiste em um comando que lhe pareça falso e, à revelia de suas próprias ideias, fazê-lo como se correspondesse às suas próprias convicções: sem essa disciplina e autonegação éticas no mais alto sentido, desmoronaria todo o aparato (WEBER, 2020, p. 45-46).

A importância institucional da impessoalidade reside no fato de que por esse viés todo cidadão é compreendido de maneira isonômica e deve se adequar ao rito processual estabelecido pela repartição pública. Impessoalidade, todavia, não significa automatismo funcional. O servidor, em suas atividades, é instado a atuar de maneira urbana e cordata em relação aos cidadãos com os quais interage nos seus afazeres determinados. Mais ainda, o mandamento da impessoalidade não significa que o funcionário público deva sempre agir de maneira fria, quase antipática em relação ao público. Pode-se muito bem exercer o serviço público

com gosto e satisfação, disposições que certamente se manifestam no modo de ser aparente do funcionário e por conseguinte ocorre um transbordamento empático junto ao público. A atmosfera funcional da repartição fica mais agradável quando a cordialidade é a regra. Se adotarmos uma cartilha deontológica rigorosa, sequer poderíamos levar em consideração o agradecimento do público quando sua demanda legítima é satisfeita, pois apenas cumprimos o nosso dever funcional e não se trata de nenhum favor ou gesto agradável movido pela inclinação pessoal, tentação que sempre cabe evitar deixar influenciar nossa atividade. Mas é uma tendência de qualquer sociedade cordial agradecer ao agente competente quando um requerimento é resolvido. Podemos realizar com amor nossas funções públicas, pois de fato é razoável que amemos a coisa pública. No entanto, o servidor público não é um anacoreta que consegue viver de migalhas e esmolas, sem a devida remuneração. A dinâmica do mercado não se importa com a dedicação amorosa do servidor público por suas funções republicanas, as dívidas naturais da vida não são perdoadas em toque de mágica. Por isso é uma indecência a falta de reajuste salarial aos servidores públicos, assim como atrasos nos vencimentos (circunstância motivadora de estresse psicológico, angústia moral e irritabilidade para com os descompromissos fiscais dos mandatários políticos).

O servidor público consciente de sua importância funcional para o progresso da sociedade deve internalizar em seu modo de ser o apreço incondicional pelo espírito republicano, a constitucionalidade política e as instituições do Estado Democrático de Direito. Não se exige do funcionário público um patriotismo ufanista de mau gosto, mas é imprescindível que cada membro da grande estrutura pública respeite a dignidade do sistema republicano e o bem-estar nacional. Funcionário público que se envolve em mobilizações golpistas contra a soberania democrática estabelecida deve ser defenestrado exemplarmente.

A imagem que se atribui tradicionalmente ao gabinete público é de um ambiente de ar pesado, viciado, um sepulcro dos vivos para quem ali exerce as suas funções concernentes e deposita a cada dia as suas desgastadas forças laborais. A vivência burocrática, sem a devida autoavaliação constante, pode nos tornar não apenas autômatos cumpridores de tarefas heterônomas, mas também filisteus incapacitados de experenciar maiores requintes culturais na existência prosaica. A rotina linear associada ao sedentarismo monástico do escritório é um dos causadores dessa situação de degradação cultural, sintoma de nossa sociedade administrada sempre atrelada ao formalismo dos processos gerenciais. Todavia, trabalhar em uma repartição burocrática não significa de modo algum uma imediata transformação pessoal em um beócio autocentrado, devemos rechaçar essa associação. Espúria. Muitos poetas, compositores e outros homens de gênio foram funcionários de gabinete das mais diversas repartições e encontraram em momentos oportunos das suas atividades burocráticas condições ótimas para que seus talentos especiais aflorassem, legando para nossa humanidade belas obras nos mais diversos segmentos. Justamente o exímio conhecimento das filigranas burocráticas permitiu que esses artistas dobrassem a rigidez dos procedimentos formais para que algo de muito mais elevado culturalmente brotasse nas horas de labuta gerencial. Não fazemos ideia de quantos sonetos, canções e ensaios foram criados em

algum momento especial no seio de uma mesa de escritório. O elã dionisíaco se manifesta também na penumbra de uma mesa repleta de papéis. A carimbada em um documento bem poderia soar como um tambor extático que nos convida para a celebração das bacantes. O gabinete é ainda o espaço do segredo, entre suas quatro paredes ocorrem eventos que os vulgos e os profanos desconhecem. Por isso é um erro estulto considerar o gabinete uma tumba, tal como a opinião pública irrefletida apregoa. O gabinete é uma alcova de poder, intensos acordos e relações especiais ocorrem em seu perímetro, a importância dos aditivos para tonificar os organismos dos seus participantes. O que se faz no gabinete morre no gabinete, assim deveria ser o lema gerencial. Precisamos desenvolver profundo respeito pela dimensão do gabinete. Vale lembrar que declarações de guerra são feitas em impávidos gabinetes e assim os males se multiplicam pelo mundo. Toda operação de grande porte é primeiramente planejada no recôndito de um gabinete.

Os gabinetes de outrora emanavam o odor da madeira de lei e talvez apenas a estética vintage consiga resgatar nas configurações espaciais das corporações esse requinte soberano. Nem todos os mortais estão aptos a adentrar no gabinete-mor. Há uma autoridade mística que envolve a extensão de cada gabinete, mesmo que estejamos todos em uma estruturação societária laica, fria, tecnocrática. Não são apenas as ruas, as florestas, os terreiros, as encruzilhadas, os becos e os botecos que emanam eflúvios mágicos no ambiente ao redor. O gabinete também possui uma aura, e tanto melhor quanto mais reservado e fechado for esse gabinete. A exigência da hipervisibilidade e da transparência das relações funcionais (aliada aos novos formatos arquitetônicos dos edifícios modernos) fabrica gabinetes que são como caixas de vidro assépticas, onde todos se olham, não há mais mistério nem contingência. A vigilância do dispositivo panóptico faz do gabinete docilizado e moralizado um espaço de clareza institucional e transmite-se a ideia demagógica de que mesmo o mais poderoso executivo está submetido ao regime da fiscalização dos movimentos. A privacidade sempre se apresenta de maneira ambivalente em nossa complexa modernização social-institucional: ansiamos pela intimidade inviolável em todas as esferas da vida, pois incomoda-nos saber que somos observados pela cupidez do olhar de outrem, mas também renunciamos aos benefícios incomensuráveis da sagrada privacidade em prol da segurança, e isso também se aplica em nossos ambientes organizacionais. Nada pode ser oculto, tudo deve ser visível. Esse violento controle gerencial, por sua vez, suprime toda diferença entre a dimensão doméstica e a dimensão profissional, eis um dos maiores perigos da adesão cega aos imperativos da fiscalização produtiva. Quem monitora aqueles que nos monitoram? Com essas reflexões não se pretende de maneira alguma fazer apologia do obscurantismo institucional e suas práticas inerentes usualmente autoritárias. O que está em questão é a defesa da espontaneidade individual nas organizações, que de modo algum suprime o compromisso com as determinações burocráticas. Muitos funcionários procedem de maneira conveniente não por estrito dever profissional, mas pelo temor de uma punição administrativa decorrente da violação das normas de conduta. Nenhuma virtude funcional pode nascer em um sistema técnico que controla instantaneamente cada procedimento de um funcionário em uma avidez insana de flagrá-lo cometendo alguma infração para assim puni-lo exemplarmente em

levianas execrações disciplinares que apenas alcançam os estratos inferiores das repartições e que forja assim um horrendo ambiente intimidatório e assediador. A confiança e a presunção de inocência seriam as disposições cruciais em uma boa estrutura organizacional, mas a histeria moralista contamina usualmente os falsos progressistas que se escondem sob as vestes punitivas da caça às bruxas do sistema gerencial e suas próprias leis. No fundo, é razoável quando uma auditoria interna é incapaz de perceber os erros administrativos ou as câmeras oniscientes não captam as imagens que importam verdadeiramente. Todo excesso de zelo tecnocrático é maléfico para a saúde humana e para a pujança de uma instituição. As organizações humanas se autorregulam tanto em acertos como também em seus erros. Daí toda a precaução que devemos tomar contra aqueles que rebaixam a dignidade humana ao crivo de estruturas que atuam como hipóstases fetichizadas: "No passado, o homem estava em primeiro lugar; no futuro, o sistema terá a primazia" (TAYLOR, 2012, p.23). Quem cria qualquer sistema é o próprio homem. O projeto taylorista nada mais é do que a formulação de um capitalismo tecnocrático-disciplinar que valoriza a aceleração e a rigidez dos movimentos humanos nos processos laborais, muito distante da serenidade bem-resolvida da burocracia, que reconhece o valor genuíno da lentidão processual. Nem sempre o que é rápido demais é bom e conveniente para a vida humana. O tempo esquadrinhado e matematizado se torna um recurso a ser aproveitado de modo absoluto, e assim a divinização da velocidade se impõe como norma operacional em muitas atividades profissionais, solapando as determinações metabólicas da própria vida humana e da biosfera. A natureza, para além da neurastenia produtivista que perpassa a estrutura civilizacional da sociedade moderna, segue sempre o seu próprio ritmo, independentemente de nossa vã vontade soberana. O que a racionalidade burocrática faz é adequar nossa percepção de tempo ao ciclo maior da vida natural.

Talvez sigamos uma linha de raciocínio polêmica para o senso comum se pensarmos na seguinte hipótese: Não seria conveniente a oficialização da morosidade burocrática para disciplinar o cidadão afoito que anseia constantemente por respostas aceleradas para as suas demandas? Assim ele desenvolve a paciência, o compromisso cívico com a coisa pública e a compreensão da impessoalidade essencial para o desenvolvimento de uma sociedade plural e heterogênea. Qualquer trâmite que envolva questões institucionais deve ser analisado calmamente nos seus mínimos detalhes para que não haja prejuízo nem para o cidadão nem para a coisa pública. Conforme o sábio ditado popular, a pressa é inimiga da perfeição. Toda desatenção processual pode vir a ser judicializada. Certamente é melhor pecar pelo excesso de zelo do que pela afobação em resolver pendências de maneira irrefletida.

Os cursos de Administração sofrem de uma crise egóica e epistêmica pois se esforçam para demonstrar pleno impacto pedagógico para a formação dos seus estudantes, quando grande parte do aprendizado substantivo é adquirido nas sempre tentadoras atividades de estágio remunerado, porta de entrada para uma sólida carreira profissional posterior Apesar das ótimas atualizações curriculares e incorporações de temas socialmente relevantes, a grande parte do alunado estabelece uma relação instrumental com as disciplinas ofertadas pelos docentes que realizam as

mais sofisticadas elaborações intelectuais para que cativem estudantes fissurados na imediata empregabilidade e sonho de esplendorosa ascensão financeira. Qualquer entrave acadêmico decorrente da rigidez de um professor mais comprometido é compreendido distorcidamente pelo aluno como uma ameaça pessoal ao seu sonhado sucesso financeiro. Exageremos um pouco: há caos de alunos que se esforçam para faltar uma aula pelo motivo mais banal, mas que nem mesmo deixariam de labutar na empresa em caso de uma perda familiar. Sejamos honestos, a grande massa estudantil de Administração anseia por avaliações flexíveis e regras institucionais maleáveis para que possam se dedicar melhor aos seus afazeres nas empresas. Afinal, grandes empresários são oriundos das cadeiras universitárias e foram muitas vezes discentes de péssimo desempenho. Há que se salientar, no entanto, que é muito melhor um aluno que é displicente academicamente por se dedicar demais aos prazeres da vida boêmia do que o aluno tacanho que abdica de toda alegria pessoal para se submeter aos imperativos exaustivos da empresa onde inicia seus passos profissionais, convertendo-se em um celibatário involuntário incapaz de sublimar convenientemente a sua energia libidinal e que necessitará de cada vez mais estímulos distintos para tonificar sua existência desvitalizada em nome da glorificação do Servo-Mercado, o Moloch do Grande Capital. As tensões da vida gerencial exigem consumo regular de álcool, estimulantes e entorpecentes, mas isso pouco incomoda a opinião pública pequeno-burguesa, que somente vilipendia usuários de maconha que sejam de baixa renda. Insípidos teóricos organizacionais, que jamais vivenciaram na carne as tensões dos complexos ambientes corporativos, que jamais sentiram a imanência do chão de fábrica, elaboram as mais mirabolantes concepções acerca das pretensas boas práticas organizacionais e se empastelam academicamente com suas estéreis jactâncias cirandeiras, apresentam histéricas argumentações revestidas de um palavreado ideológico que se disfarça de “governança ambiental, social e corporativa”, mas que vislumbram, na verdade, apenas a engorda dos seus currículos. Mais do que reciclagem profissional, os lacradores academicistas necessitam experimentar um processo de reeducação sociocultural, inclusive mediante a realização de trabalhos práticos como marcenaria ou agricultura. A labuta árdua é uma sólida disciplina para cretinos moralistas que embotam suas consciências degradadas com um vocabulário democrático, mas que apenas referendam medidas autoritárias em suas atividades profissionais. Um atentado praticado por um lobo solitário solapa toda teorização espúria sobre boas práticas organizacionais. Daí a importância de analisarmos cada pessoa no ambiente funcional em sua máxima amplitude e não apenas tal como ela é percebida por nós em nossa interpretação subjetiva sempre limitada. O sexo dos anjos não foi superado pela nossa vã intelligentsia. Sempre a contingência será soberana.

Apesar dos mistérios revelados nas linhas pregressas, é inegável que para muita gente o ambiente burocrático é avaliado como um espaço de estagnação, paralisia das energias vitais, um caminho crônico para o fenecimento de si. O cinza era a cor padrão da repartição pública, expressão da fleuma ubíqua de seu espírito. No entanto, cores mais vivas são plenamente possíveis em um espaço burocrático, dando-lhe quem sabe um tom de arco-íris na sua dimensão espacial, uma obra de arte em forma de

cubículo gerencial. Outrora permitia-se o tabagismo em ambientes fechados, circunstância que favoreceu por muito tempo a consolidação da imagem asfixiante da repartição pública e condições terríficas para maior letalidade dos seus membros. As mudanças dos comportamentos organizacionais trazem nova vitalidade para a vida burocrática, tornando o seu ar mais salutar e mesmo revigorante. Ar-condicionado eficaz, boa iluminação, música ambiente agradável, quem sabe um frigobar e uma cafeteira, eis alguns utensílios e condições para melhor funcionamento da repartição. O design de interiores pode contribuir consideravelmente para melhor distribuição espacial de um gabinete vetusto e assim os dispositivos da racionalidade instrumental são subjugados sutilmente pelas pessoas que operam os recursos e as estruturas dos escritórios, pois são as pessoas que dão o verdadeiro tom e identidade para as organizações públicas.

Em tempos de afirmação da ética ecológica, é imprescindível que o espaço burocrático seja rodeado por belos jardins e árvores frondosas cheias de pássaros cantantes para que a imaginação do funcionário possa eventualmente divagar para além dos paradigmas normativos da jaula de ferro e seus papéis bolorentos que empesteiam o ar. Ao menos os funcionários adeptos das práticas holísticas conseguem escamotear a insipidez gerencial com os aromas dos incensos que promovem momentâneas elevações transcendentes da consciência para esferas mais sutis. Felizes os burocratas que laboram em gabinetes condoreiros com bela vista panorâmica da cidade ou, tanto melhor, com a janela defronte para a amplitude de uma praia luxuriosa. Na falta desses atrativos estéticos, que ao menos a espacialidade do escritório seja capaz de fornecer aos seus ocupantes maior bem-estar psicofísico, daí a urgência de um ambiente organizacional higiênico e acolhedor. Pensemos ainda na integração simbiótica entre o ser humano e os animais de estimação. Um ambiente burocrático que permita a presença sempre cativante de um cachorro ou um gato fornece ao espaço de trabalho uma tonificação da existência. É hipocrisia recusar a companhia de nossos amados bichinhos categorizados pela bioética como pessoas não-humanas se a presença crítica dos ratos, traças e baratas nos gabinetes é impossível de ser combatida com nossos artifícios sanitários. E pensar que muitos documentos de suma importância foram destruídos pela ação devastadora dos roedores sempre insaciáveis.

O imaginário social amaldiçoa a estrutura burocrática por possuir em seu cerne axiológico uma disposição antirrepublicana fundamentada no pretenso exclusivismo autocentrado, ou seja, considera que o indivíduo possui prerrogativas superiores ao restante do corpo social e assim deve sempre ser satisfeito em suas demandas. Em sociedades regidas por rigoroso senso de probidade administrativa tal pretensão individualista sempre foram e são rechaçadas, mas em estruturas relacionais corruptíveis a tentativa de se colocar as inclinações pessoais acima dos interesses públicos dá margem para relações clientelistas. Quem paga recebe a benesse. Por vias tortas, a ideologia liberal aplicada de maneira distorcida no seio das relações sociais promove a legitimação das prerrogativas individuais para além dos critérios técnicos de impessoalidade social. Para quem segue tal duvidosa cartilha moral, os meus problemas são sempre mais urgentes e importantes do que os de outrem, e essa egolatria exige que a vontade do eu prevaleça sobre as demais

necessidades do corpo social. Os procedimentos burocráticos são criticados por sua pretensa lentidão e atribuída má vontade de funcionários pouco comprometidos com os seus afazeres inerentes e que nem por isso são devidamente responsabilizados por tais indolências. Na ordenança republicana o indivíduo, não obstante sua dignidade inalienável, deve se submeter aos critérios coletivos das instituições que perpetuam nosso estofo civilizacional. Todavia, as instituições são operacionalizadas por pessoas históricas, dotadas de valores, preceitos e disposições. As instituições estão acima das volições particulares justamente para que haja o respeito incondicional pela impessoalidade, mas as instituições não se perpetuariam sem a ação proba dos agentes públicos comprometidos com o bem-estar social.

A sabedoria prática nos ensina que devemos realizar apenas as funções que nos concernem estritamente. Não é razoável trabalharmos além do que é determinado formalmente. Todo ofício extra, caso não seja devidamente remunerado e reconhecido oficialmente pela instituição na qual se labuta, no fundo apenas sobrecarrega a pessoa proativa e imiscui uma quantidade incontável de parasitas da realização das suas tarefas ordinárias concernentes. É importante destacar que o serviço público em uma sociedade de baixa intensidade democrática é sucateado, as condições laborais são insalubres e a remuneração média não é capaz de acompanhar as taxas inflacionárias, circunstância que exibe nitidamente o quanto é árdua a vida prosaica de cada servidor público que não seja membro da elite do funcionalismo. Nenhuma estabilidade profissional compensa convenientemente tais agruras estruturais, pois o sistema burocrático, não obstante seguir regras rigorosas e procedimentos racionalmente padronizados, está ao serviço de uma causa maior, o bem-estar da sociedade republicana. Portanto, ao fim e ao cabo, mesmo que a atividade burocrática seja compreendida de maneira fria pelo homem comum, este é o beneficiário maior da eficiência burocrática, e o Estado Democrático de Direito não visa eliminar a estruturação burocrática de seu modus operandi, mas aperfeiçoá-lo para que haja a justa satisfação dos interesses públicos.

O funcionário abnegado que renuncia a todo bem-estar imediato em nome da causa maior da instituição onde labora pode talvez vir a ser enaltecido por seu engajamento profissional, mas jamais pode se fiar na imagem benquista que lhe é atribuída, pois todo enaltecimento do público é sempre volúvel e facilmente olvidado. Quando a roda da fortuna afeta o servidor que atua de forma compromissada nos seus afazeres, a horda de moscas que até então se beneficiava da sua expertise e dedicação profissional migra para outra pessoa que no momento é a joia da coroa, sugando-lhe toda a energia vital necessária para o cumprimento do dever profissional, até que o ciclo infame se repita. Há funcionários públicos que prosperam por seu mérito e engajamento profissional e há funcionários públicos sacripantas que prosperam pela sabujice corriqueira que está enraizada em seus ânimos corrompidos. Com a devida licença, podemos afirmar que em qualquer ambiente organizacional complexo, poucos fazem muito e muitos fazem pouco, e desses muitos que fazem pouco há ainda aqueles que sequer realizam com competência as suas devidas funções e se escondem nas relações de camaradagem vulgar para que não sejam descobertos em sua vil falta de comprometimento que não raro se manifesta de modo reativo.

O serviço público é repleto de oportunistas e carreiristas que se aproveitam dos meandros institucionais para galgar cargos cada vez mais importantes e bem remunerados, utilizando a engrenagem institucional como um trampolim para o seu arrivismo autocentrado. Essa chusma funcional nunca atua em nome da coisa pública e dos interesses soberanos da sociedade, nunca está disposta ao seu fim absoluto, servir ao cidadão. São essas figuras deletérias que prejudicam a respeitabilidade das instituições públicas e seus ofícios. Mesmo na universidades pública, baluarte do projeto democrático de sociedade de bem-estar, do conhecimento livre, da ciência emancipadora, da racionalidade crítica e da inclusão social, encontramos figuras que usam a coisa pública como suporte para uma busca sôfrega por poder e por dinheiro, quanto mais elevado é o cargo que ocupam em suas respectivas unidades. Coordenadores e Diretores encastelam-se em suas atividades gerenciais e seus rentáveis cargos comissionados para que se tornem como que burocratas onipotentes que apenas delegam funções para os seus subalternos.

Justiça é cada um fazer o que lhe cabe, nem mais, nem menos, e toda ultrapassagem das exigências individuais afeta a harmonia do sistema. Obviamente a personalidade laboriosa e comprometida anseia em demonstrar seu esmero perante os demais interlocutores, mas é necessária uma espécie de desaceleração produtiva em nome da justa-medida. A organização pública é uma grande engrenagem, que cada peça realize com rigor a própria tarefa. Isso não significa a defesa de uma espécie de funcionário mínimo, mas sim o comedimento profissional para que não haja sobreposição de atividades. Toda desmedida, ao fim e ao cabo, pode prejudicar o bom ordenamento organizacional e a própria saúde daquele que se dedica além do necessário no seu trabalho corriqueiro. É necessário que se perca a culpabilidade moral de não se engajar naquilo que é excessivo. A grande maioria de um quadro organizacional jamais sofre de crise de consciência por sua razoável inércia funcional. Em suma, agir de menos é ruim, agir em excesso, idem. Cabe retomar o princípio ético do equilíbrio, que é sempre racional, comedido, sensato.

O serviço público é referido de maneira depreciativa pela sociedade por causa da inépcia daqueles que se aproveitam das guaridas institucionais para que possam fazer da profissão um mero carreirismo descomprometido com os interesses públicos. Assim sentencia Mises: "Empregos governamentais não oferecem qualquer oportunidade para que se mostrem dons e talentos pessoais. A regulamentação sufoca e extingue a iniciativa" (MISES, 2018, p. 116). A ojeriza liberal acerca desses vícios corporativos prejudica a necessária separação do joio do trigo. Há servidores públicos que, em nome da defesa institucional, submetem-se aos mais exaustivos trabalhos para que glorifiquem com os seus esforços a grandeza do órgão público. No entanto, toda sobrecarga de trabalho é prejudicial para a saúde psicofísica do funcionário e não compensa o empreendimento, exceto se houver remuneração extra para tal e mecanismos compensatórios para que o trabalhador posteriormente consiga descansar convenientemente e satisfazer seu plano de vida material com a bonança de um maior poder aquisitivo. No serviço público, a Síndrome de Burnout atinge usualmente trabalhadores que se caracterizam pela dedicação republicana e austera aos ofícios e a degradação dos fluxogramas

institucionais paulatinamente mina as energias nervosas dessas pessoas, provocando-lhes um colapso total.

> A coação do desempenho é destrutiva, fazendo com que autoafirmação e autodestruição sejam uma coisa só. As pessoas se otimizam para morrer. Autoesgotamento indiscriminado leva a um colapso mental. A luta brutal de concorrência atua de modo destrutivo. Ela produz uma frieza de sentimentos e uma indiferença diante dos outros que traz consigo uma frieza e indiferença perante si próprio (HAN, 2021, p. 19-20).

Nenhum funcionário profissionalmente desengajado sofre de esgotamento profissional. Em verdade, até mesmo é um dos responsáveis por provocar nos seus colegas tais malefícios, pois sua inépcia, de alguma forma ou de outra, é suprida pelo esforço maior do funcionário proativo. O imaginário ultraliberal considera que o servidor público não está sujeito ao nível de estresse funcional e esgotamento psicofísico tal como um empregado de empresa privada, pois a estabilidade funcional permite maior confiança institucional e planejamento de carreira em longo prazo. De fato, é muito mais salutar trabalhar no serviço público do que na iniciativa privada (mesmo quando esta fornece alta remuneração para alguns dos seus cargos mais elevados) pois consegue-se trabalhar de maneira mais digna e integrada ao sistema como um todo, compreendendo mais razoavelmente as estruturas burocráticas que fundamental a instituição, diminuindo assim os riscos de alienação laboral. No entanto, as demandas operacionais do serviço público são tão intensas como as exigências da iniciativa privada, mudando-se apenas o escopo e atividade fim que orienta tais atividades. Os ideólogos ultraliberais, em nome de um populismo gerencial, clamam pela reforma dos direitos trabalhistas no serviço público de modo a pretensamente tornar os funcionários mais competitivos e comprometidos com o regime de trabalho, equiparando-os ao nível de incerteza da inciativa privada, incerteza essa enaltecida como uma virtude profissional, pois despertaria do funcionário o elã de sempre estar disposto a mudar e fazer com afinco suas atividades. Ora, o que cabe mudar, em nome do bem-estar social, é o regime de trabalho na iniciativa privada, equiparando-o ao estatuto de segurança funcional do serviço público. Tal proposta é certamente herética para os apólogos ultraliberais e privatistas de toda sorte, pois alteraria profundamente a rentabilidade empresarial que depende justamente da espoliação das forças produtivas dos trabalhadores assalariados para prosperar de forma exorbitante na pirâmide social.

A plutocracia anseia por trabalhadores submissos, dóceis, que aceitem sofrer todo tipo de exploração laboral em nome do progresso da empresa, mesmo que isso resulte na própria degradação da vida individual. A classe dominante no regime capitalista, a burguesia em todos os seus espectros, sendo detentora dos meios de produção, consegue impor ao grande corpo produtivo da sociedade os seus critérios autoritários e desiguais, obtendo dos segmentos conservadores da opinião pública a chancela necessária para a perpetuação desse desarranjo econômico mediante a repetição das loas hipócritas acerca do mito do empreendedor e suas competências incomuns. Uma governança que ousasse estabelecer para toda forma de emprego formal o estatuto da estabilidade fincaria um duro golpe na cupidez ultraliberal e promoveria sem dúvida uma revolução socioeconômica no país sem necessitar fazer uso da crítica das armas para tal

propósito emancipatório. Sabemos o quão é difícil tal meta extraordinária, mas os benefícios de tal esforço político seriam extremamente satisfatórios para a ampliação da qualidade de vida na grande maioria da população, excetuando-se, obviamente, a elite rapinante que raramente cede uma parcela das suas incontáveis vantagens financeiras em favor de pequenas concessões para o grande exército de trabalhadores assalariados cada vez mais precarizados.

Considerações finais

A burocracia é um procedimento administrativo fundamental para a boa gestão de organizações de grande porte. As cantilenas contrárias em geral apenas visam se apropriar das circunstâncias para benefício próprio. Trabalhar em equipe exige hierarquia, disciplina, respeito racional pela autoridade instituída. Há margem na burocracia para espontaneidade e singularidade, ao contrário do que pensam os defensores da flexibilidade absoluta. Não existe poder neutro e toda atividade humana, por mais que vislumbre ser plenamente isenta, sempre manifesta algum traço de sua individualidade no que é feito. Liberdade não é se fazer o que se quer, mas conhecer bem os seus limites e dessa situação realizar da maneira mais intensa o que se encontra conforme as próprias possibilidades.

Referências

HAN, Byung-Chul. **Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas**. Trad. de Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes, 2021.

MISES, Ludwig von. **Burocracia.** Trad. de Raul Martins. Campinas: Vide Editorial, 2018.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de Administração Científica.** Trad. de Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas, 2012.

WEBER, Max. **Política como vocação e ofício**. Trad. de Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes, 2020.

Recebido em 2024-05-17
Publicado em 2024-05-31